

O totalitarismo neoliberal*

Neoliberal Totalitarianism

Marilena Chaui

Universidad de San Pablo.

Resumen: *O neoliberalismo é uma nova forma do totalitarismo. É nova por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Sua grande novidade está em definir todas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima embaixo: a empresa - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos.*

No texto se analisam as diferenças entre o antigo totalitarismo, tal como foi conceituado por C. Lefort, e forma contemporânea, a partir do conceito de sociedade administrada da Escola de Frankfurt.

Palabras clave: Neoliberalismo, totalitarismo, Estado, Lefort, Escola de Frankfurt.

Abstract: *Neoliberalism is a new form of totalitarianism. It is new because, instead of the way the State absorbs society, we see the opposite, that is, that society absorbs the State. Its great novelty is to define all social and political spheres not only as organizations, but as a specific type of organization that runs through society from end to end and from top to bottom: the company - the school is a company, the hospital is a company, the cultural center is a company. This is why the State is conceived as a company, which is why it is a mirror of society and not the other way around, as in the old totalitarianisms.*

The text analyzes the differences between the old totalitarianism, as it was conceptualized by C. Lefort, and contemporary form, based on the concept of managed society by the Frankfurt School.

Keywords: Neoliberalism, Totalitarianism, State, Lefort, Frankfurt School.

Se notardes o modo como os homens procedem, vereis que todos aqueles que conseguem grandes riquezas e grande poder os conseguiram com a fraude ou com a força; e, depois que tomaram tais coisas com engano ou violência, para disfarçar a fealdade da conquista, lhe dão o falso nome de ganho.
Maquiavel, Histórias Florentinas

Articular historicamente o passado não significa conhece-lo tal como foi efetivamente, mas antes tornar-se senhor de uma lembrança que brilha no instante do perigo (...) O dom de atizar para o passado a chama da esperança cabe somente ao historiógrafo perfeitamente convencido de que diante do inimigo, se este vencer, até os mortos não estarão em segurança. E este inimigo não tem cessado de vencer.
Walter Benjamin, Teses da Filosofia da História. Tese 6

O conhecimento não tem nenhuma luz senão a que brilha sobre o mundo a partir da redenção.
Theodor Adorno, Mínima moralia

I.

A economia política neoliberal, nasceu nos anos 1930 com um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos que, no final da Segunda Guerra, reuniu-se, em 1947, em Mont Saint Pélérin, na Suíça, à volta do austríaco von

*Esta conferencia fue dictada en la Universidad Nacional de San Martín, el 8/11/19. Agradecemos a la profesora M. Chaui por la autorización a publicar.

Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente contra o surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e contra a política estadunidense do New Deal e, para tanto, elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos indivíduos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Sua força político-ideológica iria criar a chamada Escola de Chicago.

Suas idéias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek e Friedman passou a ser ouvido com respeito por que oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontrolláveis. Feito o diagnóstico, o grupo propôs os remédios: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição

dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização. O modelo, que viria a ser denominado *neoliberalismo*, foi aplicado, primeiro, no Chile de Pinochet, e, a seguir, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, expandindo-se para todo o mundo capitalista e, depois da “queda do muro de Berlim”, para o leste europeu.

Para compreendermos essa política, precisamos compreender o nexo necessário entre a economia e a forma anterior do Estado e a nova forma da economia e de Estado que o neoliberalismo implantou.

A economia política que sustentava o Estado do Bem-Estar possuía, grosso modo, três características principais: 1) o fordismo na produção, isto é, as grandes plantas industriais que realizavam a atividade econômica desde a coleta e produção da matéria prima até sua distribuição no mercado de bens e de consumo, controlando, por meio do planejamento e da chamada “gerência científica”, a organização do trabalho, a produção de grandes estoques com produtos de qualidade e longa durabilidade e o controle dos preços; 2) a inclusão crescente dos indivíduos no mercado de trabalho, orientando-se pela idéia de pleno emprego; 3) monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, tinham como referência reguladora o Estado nacional. Para que essa economia realizasse o Bem-Estar foi preciso que o Estado nela interviesse como regulador e como parceiro, o que foi feito pela criação do fundo público. Foram as contradições geradas pelo fundo público que, segundo Francisco de Oliveira¹, levaram ao que veio a se chamar de “crise fiscal do Estado” ou “o colapso da modernização”.

O fundo público opera duas maneiras principais: 1) pelo financiamentos simultâneo da acumulação do capital (os gastos públicos com a produção, desde subsídios para a agricultura, a indústria e o comércio, até subsídios para a ciência

¹ Francisco de Oliveira “O surgimento do anti-valor. Capital, força de trabalho e fundo público”, em *Os direitos do anti-valor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1998.

e a tecnologia, formando amplos setores produtivos estatais que desaguaram no célebre complexo militar-industrial, além da valorização financeira do capital por meio da dívida pública, etc); e 2) pelo financiamento da reprodução da força de trabalho, alcançando toda a população por meio dos gastos sociais (educação gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro desemprego, subsídios para transporte, alimentação e habitação, subsídios para cultura e lazer, salário família, salário desemprego, etc). Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a república entendida como gestão dos fundos públicos, os quais se tornam pré-condição da acumulação e da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. A ação de duplo financiamento gerou um segundo salário, o salário indireto, ao lado do salário direto, isto é, o direto é aquele pago privadamente ao trabalho e o indireto é aquele pago publicamente aos cidadãos para a reprodução de sua força de trabalho. O resultado foi o aumento da capacidade de consumo das classes sociais, particularmente da classe média e da classe trabalhadora; ou seja, o consumo de massa.

Nesse processo, o Estado endividou-se e entrou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou “crise fiscal do Estado”. A isso deve-se acrescentar o momento crucial da crise, isto é, o instante de internacionalização oligopólica da produção e da finança, pois os oligopólios multinacionais não enviam aos seus países de origem os ganhos obtidos fora de suas fronteiras e, portanto, não alimentam o fundo público nacional, que deve continuar financiando o capital e a força de trabalho. O chamado “colapso da modernização” está na origem da aplicação da economia e da política neoliberais.

Com sua presença sob a forma do salário indireto, o fundo público havia desatado o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou o salário direto). Essa amarra era o que, no passado, fazia a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao aumento real de salário e, desatado o laço, o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos

investimentos e agigantamento das forças produtivas cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas. Por isso mesmo, o capital precisa de parcelas da riqueza pública, isto é, do fundo público, na qualidade de financiador dessa concretização. Visto sob a perspectiva da luta política, o neoliberalismo não é, de maneira nenhuma, a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e a desapareição do fundo público, mas a posição que decide cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos (ou o do salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu.

Com o termo “desregulação”, o capital dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos tornou-se estrutural. Disso resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer por que o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que tem poder aquisitivo para adquiri-la. Numa palavra: o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado.

Podemos caracterizar a nova forma do capital com um punhado de traços:

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da

velocidade das mudanças tecnológicas, particularmente do que recebeu a denominação de *indústria 4.0*.² Como conseqüência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta;

2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro (em um dia, a bolsa de valores de N.Y. ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiros equivalentes ao PIB anual do Brasil ou da Argentina). O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados por que êstes, sobretudo os da periferia do sistema, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro (a chamada “bolha financeira”);
3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção por que, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos -, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro e com o abandono dos grandes estoques de longa duração passando ao chamado *just in time*. Numa palavra, passagem do fordismo ao toyotismo. Como conseqüência,

² Como explica Leda Paulani: “O termo *indústria 4.0* refere-se à combinação de pelo menos quatro elementos novos surgidos do desenvolvimento tecnológico já em embrião na terceira revolução industrial (a dos semicondutores, computadores, eletrônica, tecnologias de informação e comunicação e internet). Esses elementos são: a inteligência artificial, a computação em nuvem, a internet das coisas e a robótica. Segundo SCHWAB (2016), o termo *indústria 4.0* foi utilizado pela primeira vez na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, em 2011”. Leda Paulani, “Ultraliberalismo e forças de extrema direita no mundo e no Brasil: o cenário distópico”, conferência em *Fathomless Futures: Algorithmic and Imagined* da *Society for the Advancement of Socio-Economics (SASE)*, New York, 2019.

- desaparecem todos os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta;
4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suportes do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade por que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação; donde o surgimento da expressão *sociedade do conhecimento* para indicar que o poder do capital se enraíza na ciência, na tecnologia e na posse de informações (a expressão indústria 4.0. evidencia essa mudança);
 5. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc), de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial. Estes operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público;
 6. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta;
 7. Opera por lutas e guerras, com as quais efetua a maximização dos lucros, isto é, opera por dominação e extermínio e modifica a antiga idéia do imperialismo, pois, como explica Harvey, o capital se tornou planetário e nada há fora dele – é a realidade econômica total e por isso, para sua expansão, já não precisa da figura da colônia como ocupação política de

um território, bastando, agora, a delimitação de um espaço e de um tempo para que um território seja ocupado militarmente e economicamente devastado para, a seguir, ser desocupado. O novo imperialismo se realiza segundo o modelo militar definido pela idéia de *operação*: delimitação espacial e temporal de uma ação de ocupação de um território para sua devastação. Harvey denomina o novo imperialismo com a expressão “acumulação por espoliação”³.

8. As novas tecnologias de informação estruturam um *novo poder planetário de vigilância e de controle* que suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais. Trata-se da WEB, sob a forma da Internet e das multimídia, sistema de comunicação que integra diferentes veículos e suportes de comunicação e seu potencial interativo, e que nenhum Estado nacional tem condições para, sozinho, implantar, levando por isso à formação de consórcios empresariais regionais/globais (empresas de armamentos, empresas financeiras, operadoras de comunicação, isto é, empresas de telefonia, de comunicação de massa e provedores de serviços de Internet, e empresas de computadores) que, por meio do Internet Protocol (com duas sedes nos Estados Unidos e uma no Japão), detêm o monopólio de todos os endereços mundiais e controlam todo o sistema informativo/comunicativo em escala planetária.

Os ideólogos neoliberais falam em “enxugamento” do Estado ou na diminuição de sua presença. O que é falso. O Estado não diminuiu, apenas deslocou sua ação, não apenas dirigindo o fundo público exclusivamente para o capital, mas também, como dissemos acima, ampliando de maneira imensurável o controle e a vigilância sobre a sociedade. Como escreve Homero Santiago⁴ sobre o propalado “declínio do Estado”:

³ David Harvey. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

⁴ Homero Santiago. *Entre servidão e liberdade*. São Paulo, Editora Politéia, 2019.

é possível que o propalado declínio do Estado não seja tão óbvio quando confrontado aos fatos. (...) longe de estar em declínio, o Estado permanece uma peça fundamental de poder, quizá até um pouco mais que noutros tempos; um instrumento de poder que não pode ser desprezado nem sequer por seus mais renitentes inimigos.

A redução do Estado é uma *aparência* para torna-lo apto às novas exigências do capital, pois, há, na verdade sua recomposição em novos termos e da qual um dos elementos essenciais, provavelmente o mais importante, é a redefinição das relações do Estado com a ideia de segurança. Por que a segurança? Se considerarmos que o desemprego se tornou estrutural, que o novo imperialismo desloca milhões de indivíduos na qualidade de imigrantes, migrantes e refugiados de guerras, que as decisões econômicas fundamentais são tomadas pelos organismos supra-estatais e financeiros, compreende-se que o capital possa sentir-se social e politicamente ameaçado. Porém, não só isso. Estudos e pesquisas recentes sobre a economia neoliberal consideram que, desde 2008, esta se encontra em crise e teria chegado ao seu ponto de saturação, revelando a ficção do mercado como auto-regulação da sociedade. Assim, à pergunta: por que a segurança?, Santiago responde: porque “o mecanismo privilegiado dessa operação é a *limitação* de qualquer poder proveniente do social, e portanto o *controle* rígido da sociedade” pelo Estado, o que é feito por meio das transformações das três idéias básicas de segurança: (1) a “segurança jurídica” passa a significar insegurança para as populações, para os cidadãos; (2) a “segurança social” é substituída pela idéia de segurança *individual*, de inteira responsabilidade do indivíduo; e (3) a “segurança pública” e a ordem que ela visa garantir tornam-se, em última instância, assunto de polícia, ou seja, a noção de “ordem pública” se torna a produção organizada de intranqüilidade e insegurança para parcelas marginalizadas da população.

Estamos prontos para compreender porque o neoliberalismo, ao alcançar seu limite interno, explicita o que sempre havia sido: a nova forma do totalitarismo.

II.

Estamos acostumados a identificar o totalitarismo com a presença do líder de massas, ou, à maneira de Claude Lefort, com o surgimento da figura do autocrata como encarnação do Povo-Um. Quem se voltar para Trump, o Boris Thompson, Orban, Kaczynski, Salvini, Erdogan ou Bolsonaro, dificilmente pensará com essas referências clássicas, pois desapareceram as figuras do líder de massas como autocrata e a do Povo-Um. É verdade que, hoje, embora os governantes, não se alcem à figura do autocrata, operam com um dos instrumentos característico do líder totalitário, qual seja, a relação direta com “o povo”, sem mediações institucionais e mesmo contra elas; também se encontram presentes os demais constituintes do totalitarismo: ganha força o discurso de ódio ao outro – racismo, homofobia, misoginia; o uso das tecnologias de informação que levam a níveis impensáveis as práticas de vigilância, controle e censura; a biopolítica alcançou procedimentos de poder sobre a vida que lhe permitem operar sem frestas nem brechas; e o cinismo ou a recusa da distinção entre verdade e mentira tornou-se a forma canônica da arte de governar. Sem dúvida, precisamos admitir que o totalitarismo se encontra em plena vigência. No entanto, também precisamos compreender que seu sucesso decorre de uma peculiar invisibilidade, que lhe permite implantar-se sem ser percebido como tal. Assumiu uma forma nova: o neoliberalismo.

É interessante observar que, durante os anos 1980-1990, foi cunhada a expressão *pensamento único* para caracterizar a ideologia neoliberal e, no início do século XXI, Alain Bihr tenha escrito um livro intitulado *La novlangue néolibérale. La rhétorique du fétichisme capitaliste*,⁵ escolhendo o termo cunhando por Orwell,

⁵ Alain Bihr. *La novlangue néolibérale. La rhétorique du fétichisme capitaliste*. 1ª. Edição 2007. 2a.edição Editions Syllepse, Paris, 2017.

em 1984, a novilíngua, isto é, a invenção de uma linguagem política para “tornar as mentiras verossímeis, os assassinatos respeitáveis e dar a aparência de solidez ao que é apenas vento”. No final desse livro, à maneira de Flaubert ou do dicionário de idéias feitas, Bihl oferece um “Pequeno dicionário das idéias feitas do neoliberalismo”, com verbetes tais como: capital humano, capitalismo verde, encargos sociais, dívida pública, igualdade, estado, Europa, flexibilidade e precariedade, fundos de pensão, insegurança, liberalização, mercado, mundialização, desemprego. Vale a pena mencionar o início de alguns deles. Por exemplo: *Capital humano*. Elogia-lo: “é o capital mais precioso”. *Encargos sociais*: Sempre dizer: “são muito pesados”. *Dívida pública*: indignar-se; “é um buraco sem fundo”. *Igualdade*: desconfiar. *Estado*: sempre se queixar: “é um parasita e um vampiro que vive aux crochets da sociedade”. *Flexibilidade e precariedade*: é o preço da eficácia. *Individualidade*: começar as frases sempre com “eu...”. *Insegurança*: fazer a apologia do risco: “quem não se arrisca não petisca”. *Mercado*: dizer em tom exaltado; “não há liberdade sem mercado”. *Desemprego*: “os desempregados são uns vagabundos”.

Não podemos esquecer de que, nos anos 1960, em *O homem unidimensional*, Marcuse analisou a ideologia burguesa a partir de sua linguagem como discurso fechado sobre si mesmo e dissolvente dos significados. Para tanto, dois procedimentos foram postos em marcha. Em primeiro lugar, a redução da linguagem exclusivamente à sua dimensão denotativa, realizando-se de maneira repetitiva e ritualística por meio de frases e fórmulas feitas (slogans e clichês) ou de juízos analíticos cujos predicados são fixos e encarregados de produzir a total coincidência entre palavra e coisa, esta última identificada a uma função. Em segundo, ao excluir a dimensão conotativa, produz um discurso que opera com tautologias, expulsando polissemias e contradições, a fim de que a linguagem reconcilie os contrários e as oposições, como na expressão “bomba limpa” (e, diríamos hoje, “capital humano”). Esse duplo procedimento, pelo qual o discurso político e o da propaganda comercial se tornam indiscerníveis, institui o que

Marcuse denominou *discurso totalitário*, no qual os fatos mais terríveis e horripilantes são banalizados, tornando impossível o protesto e a recusa.

No entanto, como se observa, não emprego o termo *fascismo* para caracterizar a situação presente. Não o faço por alguns motivos: em primeiro lugar, porque o fascismo tem um cunho militarista que, apesar das ameaças de Trump à Venezuela ou ao Irã, ou o número de militares no núcleo do governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não pode ser identificado com a idéia fascista do povo armado; em segundo, porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado que a globalização, ao enfraquecer a idéia de Estado-nação, torna inviável em nosso presente, de maneira que os arroubos nacionalistas de alguns governantes não fazem do nacionalismo o centro mobilizador da política (e, desse ponto de vista, o caso do Brasil, é exemplar). Eis porque uso o termo *totalitarismo* tomando como referência as análises de Adorno e Marcuse não sobre o nazismo, mas sobre os efeitos do surgimento da idéia de *sociedade administrada* e a oposição entre instituição social e organização.

Como sabemos, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria e por isso mesmo produz um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria universal abstrata, o dinheiro como equivalente universal. A isso corresponde o surgimento de uma prática, a prática contemporânea da *administração*. Essa prática se sustenta em dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. A prática administrativa se reforça e

se amplia à medida que o modo de produção capitalista entra na sua fase neoliberal que, trazendo a fragmentação e desarticulação de todas as esferas e dimensões da vida social, passa a exigir que se volte a articulá-las por meio da administração.

A rearticulação administrada transforma uma *instituição* social numa *organização*, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais organizações se dá por meio da competição.

O que é uma instituição social? É uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. Sua ação se realiza numa temporalidade aberta porque sua prática a transforma segundo as circunstâncias e suas relações com outras instituições. É histórica.

O que é uma organização? Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade, fundada nos dois pressupostos de equivalência e generalidade de todas esferas sociais, que, como vimos, definem a administração. Uma organização é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular, ou seja, não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a *operações*, isto é, estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, por isso sua temporalidade é efêmera e não constitui uma história.

Por que designar o neoliberalismo como uma nova forma do totalitarismo? Expliquemos.

Totalitarismo: por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque concebidas como organizações. Ou como explica Claude Lefort, o totalitarismo é a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos, idéias para oferecer a imagem de uma sociedade homogênea, em concordância e consonância consigo mesma. Fechada sobre si, diria Marcuse.

Novo: por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. De fato, os totalitarismos anteriores instituíam a estatização da sociedade, o expansionismo imperialista e o nacionalismo exacerbado. O totalitarismo neoliberal pratica, como dissemos, uma outra forma de imperialismo e, não tendo o Estado nacional como enclave territorial do capital, não precisa de nacionalismos extremados. Sua grande novidade está em definir todas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima embaixo: *a empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. Vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de *neocalvinismo*). O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem apren-

dam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofrendores mentais, lgbtq+, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Politicamente, a consequência da passagem da instituição à organização significa que o Estado deixa de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores de legalidade e legitimidade republicano-democráticos e passa a ser considerado uma empresa. Isto explica porque a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização que aumenta todas as formas de desigualdade e de exclusão. Alargando o espaço dos interesses de mercado e encolhendo o espaço público dos direitos, o neoliberalismo apunhala o coração da democracia.

Por que? Por que dizemos que uma *sociedade* — e não, à maneira liberal, um *regime* de governo — é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando *institui direitos*. Essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à *criação de direitos reais novos e à ampliação e garantia de direitos existentes*.

Quais as consequências do novo totalitarismo?

- Social e economicamente, ao introduzir o desemprego estrutural e a fragmentação toyota do trabalho, dá origem a uma nova classe trabalhadora denominada por alguns estudiosos franceses, desde os anos 1980, com o nome de *precariado* para indicar um novo trabalhador sem emprego estável, sem contrato de trabalho, sem sindicalização, sem seguridade social, e que não é simplesmente o trabalhador pobre, pois sua identidade social não dada pelo trabalho nem pela ocupação e que, por não ser cidadão pleno, tem a mente alimentada e motivada pelo medo, pela perda da auto-estima e da dignidade, pela insegurança e sobretudo pela ilusão meritocrática de vencer a competição com outros e pela culpa perante o fracasso;
- Politicamente põe fim às duas formas democráticas existentes no modo de produção capitalista: (1) põe fim na social-democracia com a privatização dos direitos sociais regidos pela lógica de mercado, trazendo o aumento da desigualdade e da exclusão; (2) põe fim na democracia liberal representativa, com a política definida como gestão e não mais como discussão e decisão públicas da vontade dos representados por seus representantes eleitos; os gestores criam a imagem de que são representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam ininterruptamente e diretamente por meio do twitter, de blogs e redes sociais – isto é, por meio do *digital party* -, operando sem mediação institucional, pondo em dúvida a validade dos congressos ou dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas e promovendo manifestações contra essas instituições; (3) introduz a judicialização da política, pois numa empresa e entre empresas os conflitos são resolvidos pela via jurídica e não pela via política propriamente dita. Sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e sim como questão jurídica. A judicialização da política é um efeito da

formação totalitária empresarial e não um fenômeno autônomo; (4) os gestores operam como gangsters mafiosos que institucionalizam a corrupção, alimentam o clientelismo e forçam lealdades. Como o fazem? Governando por meio do medo. A gestão mafiosa opera por ameaça e oferece proteção aos ameaçados em troca de lealdades para manter todos em dependência mútua. Como os chefes mafiosos, os governantes têm os *consiglieri*, conselheiros, isto é, supostos intelectuais, que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes; (5) transformam todos os adversários políticos em corruptos: os corruptos são os outros, embora a corrupção mafiosa seja, praticamente, a única regra de governo; (6) passam a ter controle total sobre o judiciário, pois o funcionamento de máfia, faz com que tenham dossiês sobre problemas pessoais, familiares e profissionais de magistrados aos quais oferecem “proteção” em troca de lealdade completa e quando o magistrado não aceita o trato, sabe-se o que lhe acontece;

- Ideologicamente: (1) estimula o ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis (imigrantes, migrantes, refugiados, lagbtq+, sofreadores mentais, negros, pobres, mulheres, idosos) e esse estímulo ideológico torna-se justificativa para práticas de extermínio; (2) instiui o que Marcuse denominou discurso totalitário (denotativo, repetitivo, ritualístico, normativo, fechado sobre si) e, com a expressão “marxismo cultural”, persegue todas as formas e expressões do pensamento crítico, funcionando pela divisão da sociedade entre o “bom povo”, que os apóia, e os “diabólicos”, que os contestam. Por orientação dos *conseglieri*, os gestores pretendem fazer uma *limpeza* ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando o ressentimento que a classe média e a extrema

direita têm com relação a essas figuras do pensamento e da criação, ressentimento produzido pelos liberais, que sempre disseram que o povo não sabe pensar nem votar. Como esses conselheiros são desprovidos de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra “comunista” sem qualquer sentido preciso – é um slogan: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o *status quo* e o senso-comum (por exemplo: que a terra é plana; que não há evolução das espécies; que a defesa do meio ambiente é uma conspiração; que a teoria da relatividades não tem fundamento, etc.). São esses conselheiros que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., isto é, transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discursos do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio;

- A dimensão planetária dessa forma do capital faz com que não exista um “fora”, uma alteridade possível, levando à idéia de “fim da história”, portanto a perda da idéia de transformação histórica e de um horizonte utópico. Como diz Virillo, vivemos no mundo da atopia – isto é, de desaparecimento do espaço topológico de nossa experiência corporal, psíquica e social – e no mundo da acronia – isto é da desaparecimento da experiência do tempo, num mundo sem passado e sem futuro, reduzido a um presente efêmero. Harvey cunhou a expressão “compressão espaço-temporal” trazida pelas tecnologias de informação, que reduzem o espaço ao *aquí*, sem geografia e sem topologia (tudo se passa na tela plana como se fosse o mundo) e ao *agora*, sem passado e sem futuro, portanto sem história (tudo se reduz a um presente sem profundidade). Perdemos a dimensão do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas, fazendo história. Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de

continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz. Essa situação, longe de suscitar uma interrogação sobre o presente e o porvir, leva ao abandono de qualquer laço com o possível e ao elogio da contingência e de sua incerteza essencial. O contingente não é percebido como uma indeterminação que a ação humana poderia determinar, mas como o modo de ser dos homens, das coisas e dos acontecimentos;

- Culturalmente: a compressão do espaço e do tempo e o toyotismo do *just in time* transformaram o mercado da moda (isto é, do descartável, do efêmero) em paradigma: as obras de arte e de pensamento duram uma “saison” e, descartadas, desaparecem sem deixar vestígio. Para participar desse mercado efêmero, a literatura, por exemplo, abandona o romance pelo conto, os intelectuais abandonam o livro pelo “paper”, o cinema é vencido pelo vídeo-clip ou pelas grandes montagens com “efeitos especiais”. A razão, a verdade e a história são consideradas mitos; o espaço e o tempo são concebidos como sucessão fugaz e volátil de imagens velozes pela compressão dos lugares e dos instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contacto com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo; a subjetividade deixa de ser considerada reflexão e interrogação, reduzindo-se à intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento, sem que o conhecimento jamais enfrente a realidade como experiência que suscita interrogação;
- A fugacidade do presente, a ausência de laços com o passado objetivo e de esperança de um futuro emancipador, suscitam o reaparecimento de um imaginário da transcendência. Assim, a figura do empresário de si mesmo é sustentada e reforçada pela chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Mais do que isso. Os fundamentalismos religiosos e a busca da autoridade decisionista na

política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela o fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela o elogio da autoridade política forte);

- O surgimento de uma nova forma da subjetividade, marcada por dois traços aparentemente contrários, mas realmente complementares – de um lado, uma subjetividade depressiva porque marcada pela exigência de vencer toda e qualquer competição e pela culpa se fracassar. Como escreveu Marcuse:

O sofrimento, a frustração, a impotência do indivíduo derivam de um sistema funcionando com alta produtividade e eficiência, no qual ele deveria auferir uma existência em nível melhor do que nunca. (...) com sua consciência controlada e vigiada, sua intimidade abolida, suas emoções integradas no conformismo, o indivíduo não dispõe mais de “espaço mental” suficiente para desenvolver-se contra o seu sentimento de culpa, para viver com uma consciência própria.

E, por outro lado, uma subjetividade narcisista, produzida pelas práticas das tecnologias eletrônicas de comunicação. Essa nova subjetividade não se define mais pelas relações do corpo com o espaço e o tempo do mundo ou da vida, mas com a complexidade de relações reticulares esparsas e fragmentadas. Essas novas tecnologias operam com a obediência e a sedução no campo mental, porém disfarçadas numa pretensa liberdade de escolher obedecer, pois, os estudos em neurologia revelam que nos usuários, há diminuição das capacidades do lobo frontal do cérebro, onde se realizam o pensamento e os julgamentos, e há grande desenvolvimento da parte do cérebro responsável pelo desejo. Pensa-se menos e deseja-se muito e as empresas desenvolvem aplicativos para enfatizar, direcionar, induzir e estimular desejos. Curtir se tornou uma obrigação, o selfie, o

like e o *meme* tornaram-se a definição do ser de cada um, pois, agora, existir é ser visto. Dissemos que somente em aparência essas duas formas da subjetividade parecem contrárias, pois, há quase um século, os estudos de Freud revelaram que depressão e narcisismo são as duas faces da mesma moeda.

Merleau-Ponty escreveu certa vez que toda gente gosta que o filósofo seja um revoltado. A revolta agrada porque é sempre bom ouvir que as coisas como estão vão muito mal. Dito e ouvido isso, a má-consciência se acalma, o silêncio se faz e toda gente, satisfeita, volta para casa e para seus afazeres. O quadro que aqui tracei poderia parecer um grito de revolta contra o mal. No entanto, quero aqui fazer minhas as palavras do filósofo quando escreve:

O mal não é criado por nós nem pelos outros, nasce do tecido que fiamos entre nós e que nos sufoca. Que nova gente, suficientemente dura, será suficientemente paciente para refazê-lo verdadeiramente? A conclusão não é a revolta, é a *virtù* sem qualquer resignação.